

Masculinidades e o envolvimento de homens nos cuidados às crianças e adolescentes em âmbito familiar¹

Taissa Mendonça de Jesus²

Resumo

No âmbito familiar, observa-se uma divisão de papéis familiares baseada no gênero, na qual, as mulheres são majoritariamente responsáveis pelas atividades de cuidado e aos homens é reservado o papel de provedor. Contudo, observa-se que homens têm participado de forma crescente dos cuidados às crianças e adolescentes. Neste contexto, o presente artigo busca realizar uma análise sobre o envolvimento de homens nesses cuidados, trazendo parte das reflexões e análises desenvolvidas em pesquisa qualitativa realizada com homens no exercício da paternidade acompanhando crianças e adolescentes em consulta médica em uma unidade pública de saúde pediátrica no Estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave

Masculinidades; Homens; Cuidado com crianças e adolescentes; Gênero; Famílias.

Masculinities and participation of men in the care of children and adolescents in the family environment

Abstract

Within the family, there is a division of family roles based on gender, in which women are mostly responsible for care activities and men are reserved for the role of provider. However, it is observed that men are increasingly participating in the care of children and adolescents. In this context, the present article seeks to carry out an analysis on the involvement of men in this care, bringing part of the reflections and analyzes developed in qualitative research carried out with men in the exercise of fatherhood accompanying children and adolescents in medical consultations in a public pediatric health unit in the Rio de Janeiro state.

Keywords

Masculinities; Men; Care for children and adolescents; Gender; Families.

Artigo recebido em agosto de 2022

Artigo aprovado em outubro de 2022



Introdução

No que se referem às práticas de cuidado em âmbito familiar, as mulheres se destacam, ainda de forma persistente, como as principais responsáveis pela realização desses cuidados. Isso uma vez que se observa uma clara divisão de papéis familiares baseada no gênero³, na qual, às mulheres e homens são destinados tarefas e espaços diferenciados. Deste modo, no plano ideal das representações familiares, as atividades domésticas e de cuidados são tidas como atribuições femininas, enquanto a inserção no trabalho remunerado e o papel de provedor é atribuição tipicamente masculina. Neste sentido, evidencia-se que as construções sociais referentes ao gênero influenciam decisivamente na organização das práticas de cuidado em âmbito familiar, em especial às crianças e adolescentes.

Não se pode deixar de considerar, contudo, que tem havido um movimento de mudança dentro das famílias, caracterizado pela crescente participação de homens nas tarefas de cuidado junto às crianças e adolescentes, até então atribuídas unicamente às mulheres. Apesar disso, a representação sobre os lugares prioritários de mulheres e homens no espaço interno das famílias mantém sua força, sendo o papel de provedor a função central masculina, que se fortalece na concepção de que homens não possuem habilidades para desempenhar tarefas concernentes ao cuidado.

Assim, como Oliveira e Mito (2019) destacam, embora haja uma crescente participação masculina na realização dos cuidados parentais, há também um estranhamento da sociedade diante dessa “nova” dinâmica, contrastante à do modelo idealizado de família, no qual a mulher cuida e o homem provê. Em resumo, há uma “tendência à naturalização do papel da mãe como cuidadora – em contraposição ao estranhamento do exercício dessa função pelo pai” (OLIVEIRA, 2011, p. 69).

Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo realizar uma discussão sobre o envolvimento de homens nos cuidados às crianças e adolescentes em âmbito familiar, trazendo parte das reflexões

e análises desenvolvidas na dissertação de mestrado da autora, intitulada “De provedor a cuidador: Um estudo sobre homens e cuidado com crianças e adolescentes em âmbito familiar”, defendida no ano de 2021 no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Puc-Rio. Na pesquisa, de caráter qualitativo, realizou-se entrevistas do tipo semiestruturada com 10 (dez) homens no exercício da paternidade – genitores ou não – que acompanhavam crianças e adolescentes em consultas médicas no setor ambulatorial de uma unidade pública de saúde pediátrica, localizada em bairro da Zona Norte do Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa teve como objetivo compreender os sentidos e significados que esses atribuem a essas atividades. Para ilustrar as análises, alguns relatos dos entrevistados serão apresentados neste artigo.

Ressalta-se que os participantes da pesquisa não se restringiram aos genitores, tendo em vista que outras figuras masculinas se ocupam do cuidado parental às crianças e adolescentes, não se limitando a laços consanguíneos e biológicos.

Quando nos referimos a “pais” e às “paternidades”, não estamos falando apenas do laço sanguíneo entre um homem e sua filha ou filho, mas também, de diversos outros homens – padrastos, avôs, tios, irmãos mais velhos, amigos etc. – que tantas vezes ocupam esse papel e o desempenhando com carinho, amor e compromisso (PROMUNDO, 2019, p. 20).

Assim, a pesquisa contou com a participação de 8 (oito) genitores, 1 (um) avô paterno e 1 (um) padrasto, que possuíam a seguinte caracterização: idade entre os 19 e 62 anos; 8 (oito) residiam com a criança e/ou adolescente e com as genitoras e 2 (dois) não residiam e eram separados; 3 (três) estavam desempregados, 1 (um) aposentado, 3 (três) autônomos e 3 (três) eram assalariados de carteira assinada no mercado de trabalho formal. No que se refere à identificação das crianças e dos adolescentes que os entrevistados estavam acompa-

nhando na unidade, apenas 1 (uma) era do sexo feminino e 9 (nove) do sexo masculino, com idade entre 5 meses e 17 anos de idade.

A análise dos dados foi realizada com base no método de interpretação de sentidos, que, de acordo com os estudos de Gomes (2015), baseia-se em princípios hermenêutico-dialéticos, que articula o sentido que é consensual e de acordo entre os entrevistados (hermenêutica), com o sentido que se destaca como diferente e contrastante, representando uma ruptura do sentido consensual sobre formas de compreender e interpretar a realidade social (dialética). Deste modo, a pesquisa buscou analisar as ideias que se diferenciaram e os pontos comuns, os encontros e as divergências nas falas dos homens entrevistados sobre o tema da pesquisa.

A escolha de uma unidade de saúde pediátrica como campo de pesquisa se pautou na percepção de que o cenário de um hospital tem muito a revelar sobre as dinâmicas do cuidado e suas relações de gênero.

Destaca-se que este artigo não aborda a totalidade da discussão realizada na dissertação de mestrado, sendo apontadas as questões centrais que se sobressaíram no que se refere ao envolvimento de homens na dinâmica do cuidado às crianças e adolescentes no contexto das famílias.

Isso posto, ressalta-se a importante contribuição deste artigo em trazer reflexões sobre as práticas de cuidado às crianças e adolescentes em âmbito familiar no contexto dos homens e masculinidades, considerando a perspectiva relacional do conceito de gênero, na qual os estudos não podem se limitar às discussões somente sobre mulheres e feminilidades, tendo em vista que debater gênero implica pensar homens e mulheres em múltiplas relações entre si. Assim, o debate sobre o cuidado é ampliado com a abordagem sobre as dimensões das masculinidades e seus reflexos nos modos de “ser homem” e no seu envolvimento nas atividades de cuidado, consideradas tipicamente femininas.

Masculinidades e a construção dos modos de “ser homem”.

Simone de Beauvoir tem uma famosa frase na qual exprime que ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (2019, p. 11), ou seja, a ideia sobre o “ser mulher” advém de uma construção social e não de fatos naturais ou biológicos. Ao analisar o pensamento de Beauvoir e levando-se em conta a perspectiva relacional do conceito de gênero, pode-se considerar que essa ideia “se aplique também ao homem: o homem não nasce homem, ele se torna homem” (BADINTER, 1993, p. 29). Logo, “existe uma construção envolvendo homens e mulheres, feminilidades e masculinidades. Neste sentido, também as masculinidades devem ser vistas como construção; uma forma de dominação sobre as mulheres, mas também sobre os homens” (MEDEIROS; FREITAS, 2017, p. 10).

De acordo com Badinter (1993), homens precisam provar sua virilidade e masculinidade constantemente, não sendo o bastante nascer biologicamente do sexo masculino para “ser homem”. Neste sentido, “a posse de um cromossomo Y ou de órgãos sexuais masculinos não basta para definir o macho humano. Ser homem implica um trabalho” (BADINTER, 1993, p. 3). Como consequência, “o próprio homem e aqueles que o cercam têm tão pouca confiança na sua identidade sexual que lhe exigem provas de sua virilidade. ‘Prove que você é homem’ é o desafio que o ser masculino enfrenta permanentemente” (BADINTER, 1993, p. 4).

Medrado e Lyra (2014) apontam que as provas para “ser homem” se referem “sobretudo, [às] violentas formas, materiais e simbólicas, de se produzir ‘regimes de verdade’ sobre o masculino em nossa cultura e de se valorizar certos atributos considerados masculinos, entre eles a honra e a força” (MEDRADO; LYRA, 2014, p. 56), que “estão inscritas na crença dominante de que é assim que se faz um homem” (MEDRADO; LYRA, 2014, p. 58).

Sem negar a condição de privilégio e dominação dos homens, Giffin (2005) manifesta “que os homens são marcados e brutalizados pelo

mesmo sistema que os dá seus privilégios e poder” (GIFFIN, 2005, p. 49). Ou seja, nesta concepção, “não apenas as mulheres sofreriam a dominação masculina de gênero: também a sofreriam seus presumidos beneficiários, os próprios homens” (OLIVEIRA, 2004, p. 145-146).

Entre outras coisas, isto implica que a masculinidade requer a supressão de muitas necessidades, sentimentos, e formas de expressão, o que faz esta construção social ser aterrorizantemente frágil. O resultado é uma “tensão” entre ser macho e ser masculino, capaz de manter uma insegurança constante nos homens, e impulsionar tanto a autodesvalorização como reações violentas contra outra/os (GIFFIN, 2005, p. 50).

É importante ressaltar que a masculinidade deve ser analisada em seu plural “masculinidades”, tendo em vista que “sexualidade, raça/etnia, geração, idade, relações de trabalho, condições socioeconômicas e outros marcadores sociais da diferença evidenciam a dimensão plural e plástica dos modos de subjetivação masculina” (MEDRADO; LYRA, 2014, p. 65). Assim, diferentes modelos de masculinidades se articulam entre si.

Apesar da multiplicidade dos modos de masculinidades, Connell (1995) chama a atenção para o modelo de “masculinidade hegemônica”, que é aquela masculinidade que ocupa a posição hegemônica em um determinado modelo de relações de gênero. Deste modo, “a masculinidade hegemônica, cujos símbolos e materialidades constituem-se em referência socialmente legitimada para a vivência do masculino”, (MEDRADO; LYRA, 2014, p. 60), organiza as masculinidades, servindo como modelo ideal. Atingir o modelo masculino ideal constitui-se no modo de obter aprovação no meio social.

No entanto, Connell e Messerschmidt (2013) ressaltam que, apesar de a masculinidade hegemônica – formada no Ocidente por homens brancos, heterossexuais e de classe média ou alta – servir como um modelo ideal, a maioria dos homens não consegue alcançar esse padrão.

A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico: apenas uma minoria dos homens talvez a ado-

te. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245).

Neste contexto, a partir da década de 1970, com os primeiros estudos sobre homens e masculinidades, no qual a concepção de uma masculinidade idealizada começa a ser questionada, se encontra em debate “*contradições* entre a identidade masculina hegemônica e as condições reais de vida dos homens” (GIFFIN, 2005, p. 50).

Nesse padrão ideal de masculinidade, “ser homem” significa não ser como as mulheres, ou seja, os homens precisam se distinguir radicalmente das mulheres e de tudo que remeta à feminilidade, que aqui se destaca a realização das tarefas de cuidado às crianças e adolescentes, tidas como de responsabilidade feminina. Ou seja, realizar essas atividades não é considerado atribuição masculina.

Desde a infância, com a educação familiar e escolar, os meninos são estimulados a brincarem de carrinho, bola, luta e a realizarem atividades que exigem esforço físico, competição e risco. Sendo desestimulados, e até impedidos, de brincarem com bonecas, casinha e utensílios de cozinha, pois são considerados “coisas de menina”. Isso faz com que, desde crianças, meninos sejam afastados de atividades que remetam ao cuidado.

Por que se incentiva as meninas a brincarem de boneca — o que pode ser entendido como um “treinamento” para uma futura maternidade e ao menino isto não é permitido? Por que a primeira coisa que vem à cabeça da grande maioria das pessoas quando um menino quer brincar de boneca é o medo de ele vir a ser homossexual? Homossexuais também podem ser pais e mães, ou não? Por que essa brincadeira nunca é interpretada como um menino brincando de ser pai? Com as meninas é justamente isto que acontece: a tarefa de colocar um bebê de brinquedo para dormir, ou banhá-lo, é observada como uma preparação para o seu futuro papel de mãe (LYRA et al., 2003, p. 85).



Neste sentido, o modelo hegemônico de masculinidade ideal a ser perseguido pelos homens faz com que eles sejam excluídos, como também se excluam da participação nas práticas de cuidado com crianças e adolescentes em âmbito familiar. Com isso, o principal papel socialmente exigido aos homens nas famílias é o papel de provedor, participando mais ativamente do mercado de trabalho formal para garantir o sustento da família.

Deste modo, verifica-se que “esse modelo de socialização priva os meninos de experiências potencialmente importantes em termos afetivos e de competências sociais. É como se não fosse permitido aos homens se tornarem cuidadores” (CARVALHO et al., 2008, p. 439).

O envolvimento de homens no cuidado às crianças e adolescentes

Como dito acima, a construção dos modos de “ser homem” instituiu um padrão de masculinidade no qual o homem deve ser o provedor nas famílias. Esse padrão foi reproduzido pelas falas de alguns dos entrevistados da pesquisa quando questionados sobre “qual o papel do homem na família”, num movimento hermenêutico de consenso ao que é socialmente imposto.

“É poder **sair pra trabalhar**, poder **trazer o sustento da casa**, poder tá sempre apoiando também na educação, entendeu?!” (Entrevistado 7)

“Ajudar a **sustentar a família**. Assim, **prover**, né?!” (Entrevistado 8).

Como aponta Sarti (2011), nos papéis centrais na organização familiar estão “o de pai de família e o de mãe/dona-de-casa. Esse padrão ideal pressupõe o papel masculino de prover teto e alimento, do qual se orgulham os homens” (SARTI, 2011, p. 62). Com isso, “a autoridade masculina é seguramente abalada se o homem não garante o teto e o alimento da família, funções masculinas, porque o papel de provedor a reforça de maneira decisiva” (SARTI, 2011, p. 67).

Nolasco (1993) destaca que a forma como a paternidade está constituída em nossa cultura é permeada por contradições, que são “visíveis no cotidiano dos homens por meio de ações de um pai que tem de ser provedor, do ponto de vista material, e ao mesmo tempo é visto como alguém afastado e desinteressado do cotidiano da criança” (NOLASCO, 1993, p. 151). Assim, segundo o autor, a satisfação dos homens na família remete à identificação de um pai que tem a dimensão do trabalho e da autoridade como prevalentes.

Como aponta Costa (2002),

mesmo que os (...) [homens] reivindiquem dimensões femininas na masculinidade, como cuidar de crianças ou executar determinadas tarefas domésticas, o trabalho remunerado e o sustento dos filhos continuam sendo tomados como prerrogativas normativas masculinas. Assim, a masculinidade pode comportar dimensões da feminilidade na paternidade, como cuidar dos filhos; mas não comporta o pai não ser provedor (COSTA, 2002, p. 345).

Todavia, transformações têm sido observadas na estrutura das masculinidades e nos papéis sociais exigidos para os homens nas famílias, “de tal forma que também os lugares parentais ‘tradicionais’ experimentam deslocamentos antes impensáveis” (OLIVEIRA, 2018, p. 121). Assim, “apesar dos discursos de incompatibilidade, homens reinventam o lugar ‘desajeitado’ ou distante atribuído a estes” (FERNANDES, 2013, p. 21), frente a uma “‘autorização social’ para que os homens participem de atividades até então consideradas femininas” (NOLASCO, 1993, p. 17). Esse movimento dialético, de ruptura do padrão instituído, ficou presente em algumas falas, nas quais, ainda que citasse o papel de provedor, este não se apresenta mais como exclusivo, sendo acompanhado de outras responsabilidades, como o de ser cuidador.

“Eu aprendi que é ser o... **eu sou o que leva, mas também não sou o que não pode cuidar? Eu posso cuidar.** Nós somos o provedor, mas também não necessariamente eu vou ser o provedor o tempo todo, **eu sou cuidador também.** Eu estou aqui no hospital com ele” (Entrevistado 10).

ISSN: 2238-9091 (Online)

O questionamento de mulheres e feministas sobre os papéis de “dona de casa” e “mãe dedicada” que são socialmente impostos a elas, a crescente inserção feminina no mercado de trabalho formal e a conquista de direitos reorganizam os papéis baseados no gênero dentro das famílias, fazendo “emergir a exigência de um pai mais envolvido com sua criança, uma vez que as mulheres deixam de dedicar-se exclusivamente à casa e à família” (RIBEIRO et al., 2015, p. 3592). “Neste sentido, além de ser provedor da família, espera-se que um pai exerça de forma mais flexível, afetuosa e igualitária o cuidado do filho com sua parceira” (RIBEIRO et al., 2015, p. 3594).

Frente a esta conjuntura de mudanças e permanências dos papéis masculinos nas famílias, foi questionado aos participantes da pesquisa “quais eram as atividades realizadas cotidianamente em que eles consideravam estar exercendo o cuidado”. Como as crianças e adolescentes apresentavam idades e necessidades de cuidados diferentes, as atividades apontadas foram diversificadas, sendo citadas atividades ligadas ao lazer, como brincar e passear, assim como atividades ligadas aos cuidados com higiene, como trocar fralda, dar banho, alimentar, cuidar quando estão doentes e acompanhá-los nas consultas médicas.

“Eu brinco com ele, eu desço com ele pra brincar na rua lá, que ele gosta de jogar bola, andar de bicicleta, brincar de pique com as crianças lá em baixo, às vezes solta pipa” (Entrevistado 3).

“Eu cuido dele o dia todo, eu dou comida pra ele, dou papinha pra ele, faço ele dormir, dou banho nele. Eu saí do meu trabalho pra cuidar dele, entendeu?! (Entrevistado 5).

“A gente estar aqui no hospital. No caso desse aqui em específico, é a gente estar aqui no ambiente do hospital. E também em atividades essenciais, passeio, no caso também preparar a comida, colocar pra dormir, prover todos os cuidados, enfim, ter um bom ambiente dentro de casa” (Entrevistado 4).

“Ainda que permaneçam preponderantes aquelas atividades quem envolvem menos contato físico e que dizem respeito ao âmbito público da vida dos filhos, como educação formal e lazer” (OLIVEIRA, 2018, p. 124), não se pode deixar de destacar que homens estão mais envolvidos nos cuidados às crianças e adolescentes.

Esse novo pai é mais ativo, não se restringindo à disciplina e ao suporte econômico familiar; ele demonstra um maior envolvimento na educação e no cuidado com os(as) filhos(as) de qualquer faixa etária, participa da alimentação, dá mamadeira, troca as fraldas do bebê, acompanha-os no médico ou dá remédios, leva-os na escola, para passear, coloca-os para dormir... Enfim, desenvolve contatos mais estreitos com os filhos, o que era antes reservado apenas à mãe. Não que haja uma inversão de papéis ou que o pai se transforme em uma outra mãe; trata-se de um homem-pai que estabelece relações mais complexas, estreitas e mais “reais” com os(as) filhos(as), que deseja e encontra grande satisfação com isso (LYRA et. al., 2003, p. 89).

Relações de gênero no âmbito familiar: homens e mulheres cuidam da mesma forma?

Como o presente artigo vem analisando, no interior das famílias identifica-se uma visível divisão de papéis baseados no gênero, que se materializa na diferença de obrigações e deveres entre homens e mulheres. A eles, o papel de provedor. A elas, a responsabilidades pelas atividades domésticas e de cuidado.

A diferença na participação de homens e mulheres nas atividades de cuidado em âmbito familiar é confirmada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Pnad Contínua –, que aponta que no ano de 2019, enquanto 92,1% de mulheres realizaram alguma atividade de afazer doméstico, esta proporção foi de 78,6% entre os homens. Os dados da Pnad Contínua de 2019 e autores como Araújo e Scalon (2005) apontam ainda que, nas famílias em que há participação masculina na realização dos afazeres domésticos, homens não

realizam as mesmas atividades que mulheres, dedicando-se mais a atividades de conserto, enquanto que cozinhar, arrumar o domicílio, lavar e passar roupa fica a cargo das mulheres.

No que se refere ao cuidado de pessoas, a diferença de gênero também ficou evidente. Segundo a Pnad Contínua, em 2019, 36,8% de mulheres se ocuparam das tarefas de cuidado de pessoas, em sua maioria crianças e adolescentes em idade entre 0 a 14 anos. Já a taxa de participação de homens nos cuidados foi de 25,9%. Nos cuidados destinados às crianças e adolescentes, os dados da Pnad Contínua de 2019, apresentam que homens dedicam-se, especialmente, às atividades ligadas ao lazer, ao brincar e ao levá-las ao colégio, ao passo que os cuidados com higiene, alimentação e condições de saúde e doença são atribuições femininas. As atividades de cuidados pessoais, incluindo alimentar, vestir, dar remédio, dar banho e colocar para dormir, foram realizadas por 85,6% de mulheres e 67,9% de homens.

Nessas circunstâncias, mulheres dedicam mais horas que homens aos afazeres domésticos e de cuidado. Assim, no ano de 2019, mulheres sem ocupação remunerada dedicaram, em média, 24 horas semanais a afazeres domésticos e/ou atividades de cuidado de pessoas. Já homens sem ocupação remunerada dedicou apenas 12,1 horas – a metade do dedicado por mulheres. A diferença se mantém quando mulheres e homens estão inseridos no mercado de trabalho remunerado, no qual, em 2019, mulheres, dedicaram, em média 8,1 horas a mais que homens às atividades domésticas e de cuidado (PNAD CONTÍNUA, 2019). Assim, a inserção crescente de mulheres no mercado de trabalho remunerado não diminui o tempo investido por elas nas atividades de cuidado nas famílias.

Frente a esse contexto, os participantes da pesquisa responderam se “mulheres e homens cuidavam da mesma forma”. Dentre as respostas, algumas apresentaram sentidos e significados que corroboram com a imagem consensual de que mulheres cuidam melhores que homens, por possuir mais “jeito” para esta atividade.

“**Não, a mulher tem mais carinho, mais apreço, mais zelo.** Homem também tem, mas não é tanto como a mulher” (Entrevistado 2).

“**Não. Eu posso dizer que a mulher sempre tem aquilo de cuidar com mais carinho que os homens. Cuida muito mais,** independente se ela é uma mãe de primeira viagem ou não, **ela sempre vai saber mais que o homem.** Quem vai nas consultas são as mulheres logicamente, quem vai levar as crianças pra tomar as vacinas são as mulheres, então eu creio que as mulheres estão sempre mais à frente do que os homens. Mas sempre os homens estão procurando também evoluir, da mesma forma que eu tô procurando” (Entrevistado 9).

Como aponta Fernandes (2013), no que se refere ao compartilhamento do cuidado entre homens e mulheres, o “jeito” aparece como a forma de indicar quem irá assumir este cuidado, no qual, acredita-se que há uma “aparente incompatibilidade entre cuidados de crianças e homens” (FERNANDES, 2013, p. 17). Homens são tidos como brutos e impacientes, e esse estado de nervoso “é apontado como uma falta de *jeito* de cuidar, e, portanto, da impossibilidade de tal ato” (FERNANDES, 2013, p. 9). Assim, homens são chamados para exercerem sua autoridade, “colocar ordem na casa”, ou seja, “homens são evocados positivamente no sentido do exercício da autoridade para com os filhos. Em relação à educação, os homens são aludidos devido ao melhor uso e exercício da autoridade” (FERNANDES, 2013, p. 17-18), como podemos observar na fala abaixo.

“Não, porque cada um tem seu método. Seu meio de cuidar, de proteger. Nunca vai ser igual. A mulher tem um jeito de cuidar e o homem tem outro. Por mais que o homem tente ser carinhoso, na sua grande maioria acaba tendo alguns momentos que ele acaba... não vou dizer pra você nem truculência, nem grosseria, mas o **cobrar do homem é mais forte, o direcionamento do homem, o chamar a atenção é mais forte. A mulher é mais sensível**” (Entrevistado 6).

Desta forma,

quando nasce um bebê, e como consequência surge um pai, a este último é passada a ideia de que um homem não é capaz de exercer de modo competente as tarefas de cuidado que um bebê requer. Mesmo para aqueles que, felizmente, conseguem ir contra esses modelos que a sociedade tenta impor, ainda resta um “ensinamento”: ainda que exerçam o cuidado, nunca conseguirão ser tão bons quanto as mães, afinal, a sociedade sustenta o senso comum de que as mulheres possuem um “instinto materno” a seu favor (LYRA et. al., 2003, p. 85).

É possível identificar que muitas mulheres atribuem a responsabilidade desses cuidados para si, assumindo-os por vezes sozinhas e sem questionamentos à ausência da participação masculina. Assim, indagou-se aos entrevistados se eles consideravam que as mulheres, de alguma forma, se incomodavam quando homens assumiam o cuidado. O que se observou é que mulheres estão convocando cada vez mais os homens a assumirem com elas essa responsabilidade e a se envolverem com o cuidado das crianças e adolescentes.

“Não acredito que as mulheres se incomodem, **elas querem que os homens participem mais**” (Entrevistado 4).

Em uma das falas ficou expresso, contudo, que, embora o entrevistado considere que sua esposa não se incomoda quando ele assume o cuidado do filho, este cuidado só é assumido pelo homem no intuito de permitir que a mulher possa se dedicar às atividades domésticas da casa. Isso revela que “o cuidado com filhos é onde se dá menor assimetria de gênero na família, embora ainda significativa. Ou seja, homens estão mais comprometidos com os filhos que com o lar” (OLIVEIRA, 2018, p. 124).

“Não, eu acho que não. **Eu acho que pra elas é até melhor, porque você estando presente, a mulher vai poder cuidar da casa melhor.** Não leva pro machismo, tá?! Mas se você está com ele [filho], a mulher tem uma disponibilidade melhor. Porque imagine uma mulher tomar conta de casa e de criança?” (Entrevistado 10).



Frente ao exposto, reitera-se que, por mais que homens estejam mais participativos na realização das práticas de cuidado em âmbito familiar, “isso não significa necessariamente uma alteração das representações simbólicas e efetivas acerca dos lugares prioritários de homens e mulheres” (ARAÚJO; SCALON, 2005, p. 34).

Mudanças e permanências: homens cuidam “hoje” como cuidavam “há tempos atrás”?

Observamos ao longo deste artigo sentidos e significados que indicam um movimento de mudanças e permanências sobre o envolvimento de homens nos cuidados às crianças e adolescentes em âmbito familiar. O papel predominante de provedor vem se alterando, trazendo novas demandas para eles, no qual, o afeto, a atenção e o cuidado passam a fazer parte do exercício do papel paterno.

Diante disso, a pesquisa buscou identificar se “os homens de hoje cuidam como há tempos atrás”. As respostas apontaram as mudanças nos modos de cuidar, nos quais, os participantes da pesquisa recorreram às vivências com seus próprios pais para indicar que homens não estão mais cuidando como antes.

“Não, não, é totalmente diferente. Hoje em dia, os pais de hoje em dia estão mais abertos ao diálogo com os filhos. Antigamente não tinha isso, meu pai mesmo não tinha diálogo comigo, era raro. Mas hoje em dia está mais fácil a convivência entre pai e filho” (Entrevistado 2).

“Ah, muita diferença, com certeza. Eu digo pelo meu pai. Eu tive um excelente pai, assim, para não deixar faltar nada dentro da minha casa pra gente, porque ele sempre foi muito trabalhador. Mas isso aqui que eu tenho com ele [com meu filho] eu não tive. Então isso mudou. Eu vejo essa mudança nos homens. Os homens hoje estão mais participativos. Era a cultura deles, né?! Foram criados, cresceram assim. Mas isso evoluiu muito” (Entrevistado 6).

“Não. Hoje cuida mais, participa mais, tá mais presente. Eu tenho um exemplo assim muito forte do meu falecido pai. Eu quando nasci, eu precisei vir a esse hospital e ele era do tipo de pessoa que trazia a minha mãe e ficava no carro. Ele não subia, ele não procurava tá junto. Ele podia tá aqui, entendeu?! Então assim, eu procuro fazer tudo o que tiver ao meu alcance pra tá junto (Entrevistado 8).

As falas acima evidenciam que, em comparação aos próprios pais, os entrevistados buscam ser mais atenciosos e preocupados com o cuidado aos seus filhos, em substituição à rispidez e à rigidez da paternidade de antes. Deste modo, “ao mesmo tempo em que desejam reproduzir os acertos dos pais, também buscam não repetir os erros” (GABRIEL; DIAS, 2011, p. 253). Como apontam Gabriel e Dias (2011), a experiência de ser filho de um pai frio e distante faz com que homens desejem ser um pai diferente, reavaliando a prática do seu pai e indo ao encontro de um novo modelo, com uma vivência mais íntima com o filho. “Deste modo, ter a percepção da paternidade exercida pelo pai sobre si colabora para o sujeito reformular seus valores quanto ao modelo de pai que teve e o pai que considera ideal” (GOMES; RESENDE, 2004 apud GABRIEL; DIAS, 2011, p. 255).

Compreende-se, assim, que “a relação vivida com o próprio pai é a referência mais próxima que o homem tem de como o papel paterno pode ser desempenhado” (GABRIEL; DIAS, 2011, p. 258). Em resumo, “para o homem se constituir como pai, toma para si tanto o modelo tido de paternagem como o modelo de como um bom pai deve ser, no seu próprio imaginário” (GABRIEL; DIAS, 2011, p. 255).

Isso posto, pode-se identificar que,

muitos pais pensam em ensinar o filho, aconselhá-lo e orientá-lo, oferecendo a possibilidade de escolher diferentes coisas, muitas das quais eles próprios não tiveram. Para isso, eles se baseiam na maneira como eles próprios foram educados, a exemplo de seus próprios pais (LEVANDOWSKI; PICCININI, 2006 apud GABRIEL; DIAS, 2011, p. 254).

Deste modo, ainda que as mudanças observadas no contexto das relações familiares não se apresentem como alterações significativas nos padrões de gênero e representação dos papéis familiares socialmente determinados, homens têm exercido o cuidado parental de forma mais afetuosa e aproximada junto às crianças e adolescentes, diferenciando-se do modo rígido e distanciado com que homens cuidavam há tempos atrás, como vivenciados por eles com seus próprios pais.

Considerações Finais

O presente artigo teve como objetivo realizar uma análise sobre o envolvimento de homens nos cuidados às crianças e adolescentes em âmbito familiar, identificando os movimentos de mudanças e permanências nos papéis tradicionais de gênero, no qual o homem se destaca como o provedor da família. E, a partir de entrevistas realizadas com homens no exercício do cuidado parental, compreender sentidos e significados que atribuem às práticas de cuidado.

O artigo apontou que mudanças nas organizações familiares e nas relações de gênero exigiram a emergência de um homem mais envolvido e responsável pelos cuidados parentais às crianças e adolescentes, muito por consequência dos questionamentos de mulheres e feministas sobre os papéis sociais impostos e pela entrada crescente de mulheres no mercado de trabalho formal, que deixam de dedicar-se exclusivamente as tarefas domésticas da casa e da maternidade.

Assim, observou-se a expressão de sentidos e significados sobre o papel masculino nas famílias além do de provedor, sendo acompanhados por outras atribuições que demandam maior envolvimento com o cuidado.

Contudo, como aponta estudos do Instituto Promundo (2019), apesar de significativas mudanças nos papéis familiares, homens ainda precisam conviver com a resistência de uma sociedade que não está acostumada com a presença masculina no cotidiano de cuidados às

crianças e adolescentes no contexto familiar, lugar por muito tempo destinado somente as mulheres. Assim, o compartilhamento do cuidado entre homens e mulheres encontram obstáculos na representação social do lugar tradicional e prioritário deles na família, no qual, eles proveem o sustento e elas cuidam. Neste contexto, parte significativa da população segue considerando o cuidado como responsabilidade predominantemente feminina. Com isso, mesmo que homens venham realizando o exercício da paternidade com maior envolvimento nos cuidados, eles permanecem convivendo com visões mais conservadoras e tradicionais sobre o seu papel na família.

Diante do exposto, este artigo procurou ampliar a discussão sobre as práticas de cuidado às crianças e adolescentes nas famílias, trazendo a análise sobre a construção das masculinidades e seu reflexo no envolvimento de homens nessas práticas. O artigo traz apenas parte das reflexões desenvolvidas na pesquisa anterior (JESUS, 2021) e não apresenta respostas conclusivas e nem se esgota aqui, mas busca estimular debates e futuros estudos sobre um tema enriquecedor e desafiador, mas que ainda carece de pesquisas, sobretudo na área acadêmica do Serviço Social.

Referências

- ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. (Orgs.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- BADINTER, Elisabeth. *XY: sobre a identidade masculina*. Tradução de Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BEAUVOIR, Simone de, 1908-1986. *O segundo sexo: a experiência vivida*; tradução Sérgio Milliet. – 5. ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019
- CARVALHO, Ana Maria Almeida et al. Mulheres e cuidado: bases psicobiológicas ou arbitrariedade cultural? *Paidéia*, v. 18, n. 41, p. 431-444, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/paideia/v18n41/v18n41a02.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2022.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, jan./abr., 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

COSTA, Rosely Gomes. Reprodução e gênero: paternidades, masculinidades e teorias da concepção. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 2, p. 339-356, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000200005>>. Acesso em: 12 ago 2022.

FERNANDES, Camila. *Apego e jeitos de cuidar*. Afetos, trabalho e gênero na experiência do cuidado de crianças. VII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DO TRABALHO. O trabalho no Século XXI. Mudanças, impactos e perspectivas, 2013, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2013.

GABRIEL, Marília Reginato; DIAS, Ana Cristina Garcia. Percepções sobre a paternidade: descrevendo a si mesmo e o próprio pai como pai. *Estudos de Psicologia*, v. 16, n. 3, p. 253-261, set./dez. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/epsic/v16n3/07.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

GARCIA, Carla Cristina. *Breve história do feminismo*. São Paulo: Claridade, 2015.

GIFFIN, Karen. A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, n. 1, p. 47-57, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csc/v10n1/a05v10n1.pdf>>. Acesso: 12 ago. 2022.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, S. F. et al. (Orgs.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

IBGE – Coordenação de Trabalho e Rendimentos, Diretoria de Pesquisa DPE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua – PNAD Contínua: outras formas de trabalho 2019*. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101722>>. Acesso em: 12 ago. 2022.

JESUS, Taissa Mendonça de; *De provedor a cuidador: um estudo sobre homens e cuidado com crianças e adolescentes em âmbito familiar*. Rio de Janeiro, 2021, 168 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

LYRA, Jorge et al. Homens e cuidado: uma outra família? In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Orgs.). *Famílias: redes, laços e Políticas Públicas*. São Paulo, IIE/PUCSP, 2003. p. 79-91.

- ISSN: 2238-9091 (Online)
- MEDEIROS, Luciene; FREITAS, Rita. Apresentação. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro: PUC-Rio, a. XX, n. 38, v. 1, p. 9-20, maio/ago. 2017.
- MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Princípios ou simplesmente pontos de partida fundamentais para uma leitura feminista de gênero sobre os homens e as masculinidades. In: BLAY, E. A. (Org.). *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, p. 55-74.
- NOLASCO, Sócrates. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- OLIVEIRA, Antonio Carlos de. *Abuso sexual intrafamiliar de crianças e ruptura do segredo: consequências para as famílias*. Rio de Janeiro, 2011. 233p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, Antonio Carlos. Violência contra crianças e adolescentes em uma perspectiva de gênero. In: MEDEIROS, L. (Org.). *Políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: PUC-Rio, 2018.
- OLIVEIRA, Antonio Carlos; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Famílias, cuidados e políticas públicas. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro: PUC-Rio, a. XXII, v. 43, p. 9-22, 2019.
- OLIVEIRA, Pedro Paulo de. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.
- PROMUNDO. *A Situação da Paternidade no Brasil: Tempo de agir*. 1. ed. Rio de Janeiro: Instituto Promundo, 2019.
- RIBEIRO, Cláudia Regina et al. A paternidade e a parentalidade como questões de saúde frente aos rearranjos de gênero. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20 n. 11, p. 3589-3598, 2015, Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csc/v20n11/1413-8123-csc-20-11-3589.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2022.
- SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade – Mulher e educação*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.



Notas

- 1 O presente artigo traz parte das reflexões e análises desenvolvidas na dissertação de mestrado da autora, intitulada “De provedor a cuidador: Um estudo sobre homens e cuidado com crianças e adolescentes em âmbito familiar”, elaborada sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Carlos de Oliveira e defendida no ano de 2021 no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. O desenvolvimento desta pesquisa contou com o apoio financeiro da CAPES (entre março de 2019 a março de 2020) e da FAPERJ (de abril de 2020 a junho de 2021). A pesquisa foi submetida à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, obtendo o parecer de aprovado em 08 de dezembro de 2020, sob o número 4.446.897.
- 2 Assistente Social graduada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Especialista em Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – de março de 2019 a março de 2020 – e bolsa do “Programa Bolsa Nota 10” da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) – de abril de 2020 a junho de 2021. Integrante do Grupo de Pesquisa do CNPq “Famílias, Violência e Políticas Públicas”. E-mail: taissa.mj@hotmail.com. ORCID iD <http://orcid.org/0000-0003-1884-1126>.
- 3 O conceito de gênero foi posto em debate pelo movimento feminista para contestar o determinismo biológico dos papéis instituídos aos homens e às mulheres. Deste modo, desmitifica que não há nada de biológico, nem de natural que explique a determinação desses papéis, tratando-se de uma construção social sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres (Scott, 1990). Ou seja, o conceito de gênero “parte da ideia de que o feminino e o masculino não são fatos naturais ou biológicos, mas sim construções culturais. Por gênero entendem-se todas as normas, obrigações, comportamentos, pensamentos, capacidades e até mesmo o caráter que se exigiu que as mulheres tivessem por serem biologicamente mulheres. Gênero não é sinônimo de sexo. Quando falamos de sexo estamos nos referindo à biologia – as diferenças físicas entre os corpos – e ao falar de gênero, as normas e condutas determinadas para homens e mulheres em função do sexo” (GARCIA, 2015, p. 19-20).

 10.17771/PUCRio.OSQ.61451